**DESLOCAMENTO DE SENTIDOS NA POLÍTICA CURRICULAR EM ALFABETIZAÇÃO: A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO AO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA**

Fabrícia Figueiredo Blackman (ProPEd/UERJ)

**Resumo**: O presente artigo tematiza o deslocamento de sentidos produzido nas duas últimas políticas curriculares de alfabetização – Política Nacional de Alfabetização (PNA) e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) –, considerando-o a partir da noção de antagonismo, da teoria do discurso (TD), de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Tomando o corte antagônico como um dos elementos na articulação política, argumentamos que os sentidos de alfabetização produzidos no CNCA se construíram, mesmo que de forma precária e contingente, pela negação dos sentidos de alfabetização instituídos na PNA. Assim, dado que as formações discursivas se encontram constantemente em disputa de significação, enfatizamos o conflito como viabilizador de novas/outras possibilidades de tessituras nos espaçostempos educativos e sociais.

**Palavras-chave**: Teoria do Discurso; Antagonismo; Política de Alfabetização.

**Introdução**

Com base na teoria do discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e na compreensão de política como disputa discursiva, propomos uma reflexão sobre o deslocamento de sentidos produzido nas duas últimas políticas curriculares de alfabetização instituídas pelo Governo Federal: Política Nacional de Alfabetização (PNA) e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Para tal, elegemos a categoria do antagonismo apresentada na TD como possibilidade interpretativa, ao destacar o conflito como parte do processo de significação, evidenciando o caráter sempre precário e contingente da política.

Assim, no que concerne à perspectiva teórica, aproximamo-nos dos estudos pós-estruturais, pensando uma educação que se afaste de proposições essencialistas e universais. Nessa direção, compreendemos currículo como “enunciação cultural em que múltiplos sentidos são incessantemente produzidos” (Frangella, 2021, p. 52), em contraposição à ideia de currículo como expressão do instituído, e as políticas de currículo como formações discursivas, em constante luta por sentidos.

**O Antagonismo na Teoria do Discurso**

De acordo com Mendonça (2012, p. 206), a TD “deve ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos”. Propõe-se pensar todo o espaço social como discursivo, tendo a linguagem, o indivíduo e a política como elementos constitutivos indissociáveis. Para Laclau e Mouffe, o discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e simbólica, simultaneamente, porque o material não existe separado de sua significação (Oliveira e Lopes, 2011). Sendo assim, discurso é prática, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos e/ou instituições são ações de significação.

Burity (2008) argumenta que Laclau, ao entender o discurso como um conjunto de regras de produção social de sentido, confere centralidade à dimensão da significação e ao caráter constitutivo da realidade, potencializando o conceito de política. Considera-se a política como o campo da articulação discursiva e de constantes disputas hegemônicas de significação, mas que nunca é pleno e nem implica possibilidade de fechamento total da significação. Por isso, a produção de sentidos é sempre precária, contingente e cingida pelo seu corte antagônico. Para Mendonça (2003, p. 140), “não há sentidos sociais previamente constituídos [...]. Todos os sentidos, portanto, devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência específicas”.

Nesta perspectiva, toda formação discursiva é resultado do processo de articulação/hegemonia, pois, segundo Laclau, é o processo articulatório que permite o surgimento da hegemonia, entendida como:

[...] uma prática; é o instante em uma identidade, quando uma força social particular consegue representar, isto é, manter articulada ao redor de si um conjunto de outras identidades. [...] A hegemonia é o discurso que se constituiu através de um processo articulatório frente a um antagonismo. No antagonismo, tal como concebemos, encontramos [...] ‘um exterior constitutivo’. É um ‘exterior’ que bloqueia a identidade do ‘interior’ (e que, por sua vez, contudo, é a possibilidade de sua constituição) (Laclau, 2000 *apud* Ramos, Magalhães e Santos, 2023, p. 5070-5071).

 Assim, é tendo em vista um exterior antagônico que a outra possibilidade discursiva emerge, pois, no momento que a diferença se projeta como ameaça, esta diferença e outras, espalhadas no todo social, geram uma cadeia na qual tornam-se equivalentes, por mais que não sejam iguais. Desta forma, as diferenças equivalenciais não são articuladas, necessariamente, por possuírem uma essência em comum, mas por se oporem conjuntamente a uma formação discursiva, a um exterior constitutivo. Segundo Chaves, Silva e Eugenio (2022, p. 6-7),

O hegemônico e o antagônico, cada um em nível de força e articulação distintos, constroem sentidos na realidade. O hegemônico busca fixar certos sentidos, intencionado a superar a incompletude com as quais os significados dos elementos que formam o momento em que se assenta vão se constituindo. Enquanto isso, o antagônico, por seu caráter negativamente fundante [...], opõe-se, buscando construir um outro significado para a realidade, muitas vezes na desconstrução do sentido hegemônico. Hegemonia e antagonismo mantêm uma relação de desconstrução mútua, relação essa que justifica a não conclusão do objetivo de ambos, fixar definitivamente o sentido de uma realidade.

Conclui-se que qualquer formação discursiva estabelecida em um momento hegemônico, sempre de forma precária e contingente, constitui-se na articulação política, tendendo à desconstrução de outra formação discursiva anteriormente hegemonizada, pois esta representa a sua negação, o seu corte antagônico. Por conseguinte, uma formação discursiva tende a emergir em contestação a uma outra, apontando desta forma o caráter antagônico das formações discursivas.

Esta relação que se instaura entre as formações discursivas antagonizadas se caracteriza, portanto, pela negação, mas também pela dependência, uma vez que a presença constante do antagonismo impossibilita a constituição completa de uma dada formação discursiva e restringe a efusão dos seus sentidos. Assim, ao mesmo tempo que a formação discursiva antagônica ameaça a constituição da formação discursiva antagonizada, ela contribui para própria condição de sua emergência, posto que se firmou sob a intimidação da presença da outra.

Neste sentido, o antagonismo é uma categoria importante na TD, pois desempenha a dupla função de auxiliar na inviabilização da constituição de formações discursivas plenas e servir como parte, como mais um elemento desencadeador da articulação, no caso, pela negação do que lhe é antagônico. Em síntese, para a TD, a política se manifesta através dos diversos conflitos antagônicos que disputam, a todo momento, a hegemonia discursiva.

**A Política Nacional de Alfabetização como o Exterior Constitutivo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto n.º 9.765/2019, constituiu-se como uma proposta de alfabetização baseada na ciência cognitiva da leitura. Sob a alegação dos maus resultados obtidos pelo Brasil nas avaliações internacionais e nos próprios indicadores nacionais, esta política se desenhou como uma mudança drástica de paradigma (histórico, linguístico, social e antropológico), no qual a temática vinha se desenvolvendo. Neste cenário, a PNA define e passa significar alfabetização como o **“ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético”** (Brasil, 2019, p. 18), que seria desenvolvida a partir de seis componentes: **a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática**, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário, a compreensão de textos e a produção de escrita, “nos quais se devem apoiar os bons currículos e as boas práticas de alfabetização baseada em evidências” (Brasil, 2019, p. 32). Em face deste discurso, a PNA ressignifica a alfabetização como decodificação, a ser experienciada através da instrução fônica.

 Recentemente, o Decreto n.º 11.556/2023 instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) como nova política para o campo da alfabetização, revogando, neste mesmo ato, a PNA. O Ministério da Educação, ao contextualizar a implementação desta política, afirma que ela surge como “**um redesenho da política nacional de alfabetização,** na perspectiva de retomar os elementos positivos e estruturantes que a literatura científica identificou no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, corrigir seus elementos mais frágeis e redirecionar os esforços do Ministério da Educação (MEC) nesse campo [...]”. Além disso, relaciona oito elementos na constituição desta política, entre os quais se destaca: “Definição de orientações curriculares para a alfabetização que compreendam e respondam à multidimensionalidade desse processo e **não restrinjam a visão de alfabetização à mera apropriação do Sistema de Escrita Alfabética ou à mera descoberta fonológica da escrita.**”[[1]](#footnote-1).

 Considerando a constituição antagônica das formações discursivas, podemos perceber que os contextos políticos que articularam as demandas em torno de determinados sentidos e que produziram a política de alfabetização vigente se formaram pela negação dos sentidos construídos na PNA. Ou seja, o CNCA, como momento hegemônico, constrói-se na exclusão da“**visão de alfabetização como apropriação do Sistema de Escrita Alfabética e da descoberta fonológica da escrita**”. Desta forma, podemos pensar a PNA como seu exterior constitutivo, como a diferença externa que provoca a sua identidade. Neste contexto, os sentidos de alfabetização constituídos no CNCA só são possíveis porque negam os sentidos de alfabetização constituídos na PNA. Contudo, é importante salientar que tanto um quanto o outro só se constituem uma vez que ambos coexistem, o que evidencia a complementaridade incompatível entre eles.

**Considerações Finais**

 A compreensão de que as formações discursivas estão constantemente sob a intimidação daqueles que não tiveram parte na sua instituição aponta para a política como um terreno conflituoso de incessantes disputas pela significação, tomando o antagonismo como parte desse processo discursivo e ressaltando o caráter precário e contingente de todo discurso.

 Assim, é o embate – e não os consensos – aqui representado pelo deslocamento de sentidos nas políticas curriculares da alfabetização, que viabiliza novas/outras possibilidades de tessituras nos espaçostempos educativos e sociais. Como este movimento nunca cessa e é sempre inacabado, uma vez que os discursos se encontram em constante disputa e negociação, sempre haverá a busca de ressignificações, apesar de jamais alcançadas plenamente, de projetos de solidariedade e construção de um futuro mais inclusivo e justo para todos.

**Referências**

BRASIL. Decreto n.º 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 110, p. 3, 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNA Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BURITY, J. Discurso, Política e Sujeito na Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (orgs.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPucRs, 2008, p. 35-51.

CHAVES, K. S.; SILVA, A. C. dos S.; EUGÊNIO, B. G. O currículo em contexto pós-estrutural: uma leitura pela Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. **Rev. Espaço do Currículo**, *[S.l.]*, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2022.

FRANGELLA, R. de C. P. (org.). **Políticas Curriculares, Alfabetização e Infância:** por outras passagens. Curitiba: CRV, 2021.

MENDONÇA, D. de. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. **Rev. de Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 135-145, jun. 2023.

MENDONÇA, D. de. Antagonismo como Identificação Política. **Rev. Bras. de Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 9, p. 205-228, set.-dez. 2012.

OLIVEIRA, A. de; LOPES, A. C. A Abordagem do Ciclo de Políticas: uma Leitura pela Teoria do Discurso. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 38, p. 19-41, jan.-abr., 2011.

RAMOS, R. B.; MAGALHÃES, C. D.; SANTOS, G. dos. Significante Vazio na Disputa Curricular dos Anos Iniciais: reflexões sobre leitura e escrita. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 6, p. 5064-5089, jul. 2023.

1. Informações extraídas do site do Ministério de Educação. Criança alfabetizada: contexto. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/contexto. Acesso em: 10/05/2024. [↑](#footnote-ref-1)